

Por Antonio Penteado Mendonça



A crise brasileira já fez quase 12 milhões de trabalhadores perderem seus empregos formais. O dado é apavorante. O impacto na vida das pessoas vai muito além dos números frios. Estes 12 milhões de trabalhadores, em verdade, são, no mínimo, 36 milhões de pessoas, levando em conta 3 pessoas por família, o que é uma conta conservadora.

O padrão de vida passa a ser outro. A busca pela recolocação se transforma numa Odisseia, com enormes chances de dar errado e cobrar um preço extra do trabalhador desempregado, que não consegue um novo emprego, apesar de sair de casa cedo e voltar apenas de noite, batendo de porta em porta, sem sucesso.

O insucesso afeta o psicológico da família. Desmotivação, depressão, quadros mais ou menos sérios agravam ainda mais a sensação de perda. É uma situação limite que piora à medida em que, em função da falta do salário, opções de cortes de despesas precisam ser feitas. Clube, academia, lazer, roupas, seguros, tudo, menos, na medida do possível, o plano de saúde privado e a escola particular, entra no rol do dispensável pela falta de recursos mínimos para a manutenção da família.

Desemprego é isso, não é um número frio colocado numa planilha. Os 12 milhões de desempregados têm cara, nome, família, compromissos, sonhos, amigos, enfim, um padrão de vida conquistado a duras penas, fruto de muito trabalho, sacrifícios, superação e vontade de vencer.

De repente, do dia para a noite, em consequência da incompetência dos governantes, dos desmandos de todas as ordens, da corrupção, do nepotismo, a vida vira de ponta cabeça e todos os planos para o futuro passam a ser o retrato do fracasso. A esperança se transforma em pesadelo e o mundo real agrava o quadro, com a pressão dos compromissos diários, que são parte da rotina e estão dimensionados para um padrão de vida pago com o trabalho de cada um.

Um a um os projetos vão sendo adiados, os gastos cortados, o dinheiro contado centavo a centavo, os preços pesquisados, os produtos de sempre trocados por outros mais baratos. Os programas de fim de semana mudam do cinema para a televisão, do rodízio ou da cantina para a pizza e para a comida feita em casa. É a falta de dinheiro apertando o cinto.

Mas há mais e mais dramático. O medo de perder o emprego aumenta a angústia de perder o plano de saúde privado, o seguro de vida, o seguro de automóvel mais barato, contratado através do RH da empresa.

Novas decisões são tomadas. Corretamente tomadas. É hora de antecipar o uso do plano de saúde privado enquanto se está nele. Consultas e tratamentos sem urgência são antecipados. Toda a família vai ao médico, faz exames, se interna para procedimentos que poderiam ser feitos mais à

frente, ao longo do ano, no momento certo para cada um deles.

O resultado é a antecipação de despesas que devem ser custeadas pelas operadoras dos planos de saúde privados, sem que elas tenham a contrapartida do aumento das receitas. Ao contrário, em pouco tempo, em função do desemprego, elas terão uma queda em seu faturamento, consequência de 70% dos planos de saúde privados brasileiros serem custeados pelas empresas que, espremidas pela crise, dispensam seus funcionários como última forma de conterem os custos.

Mas os problemas das operadoras não terminam aí. Os planos individuais e os planos coletivos por adesão também são afetados pela crise. Na medida do possível, seus titulares os manterão, mas não é raro acontecer uma mudança de status, para um patamar mais baixo e, portanto, mais barato, que também impacta o caixa do plano de saúde privado, sem que, do outro lado, aconteça uma redução proporcional das despesas.

O resultado dessa conta é ruim e pode colocar em cheque o atendimento futuro de pessoas que imaginam que estão a salvo da crise, sem se lembrar que a operadora do seu plano de saúde está atravessando um momento delicado. Não bastasse tudo isso, elas ainda arcaram com o aumento de custos decorrente da desvalorização do Real e nem sempre integralmente transferível para os segurados.

Entre secos e molhados, hoje, estamos todos perdendo.

Fonte: O Estado de S. Paulo, em 04.07.2016.